



Perspectivas da Política Fiscal Brasileira

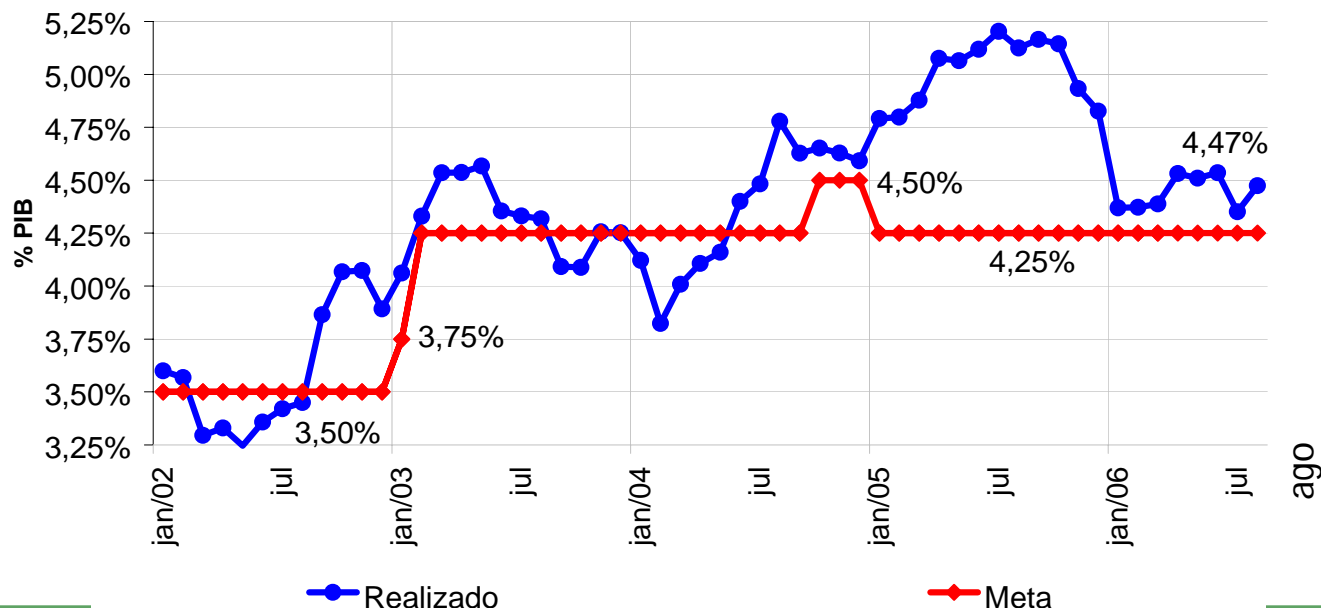
Seminário Promovido pelo Departamento de Economia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ

Carlos Kawall Leal
Secretário do Tesouro Nacional
Rio de Janeiro
6 de outubro de 2006



Razões pelas quais alcançaremos a meta fiscal em 2006

Resultado Primário do Setor Público Consolidado



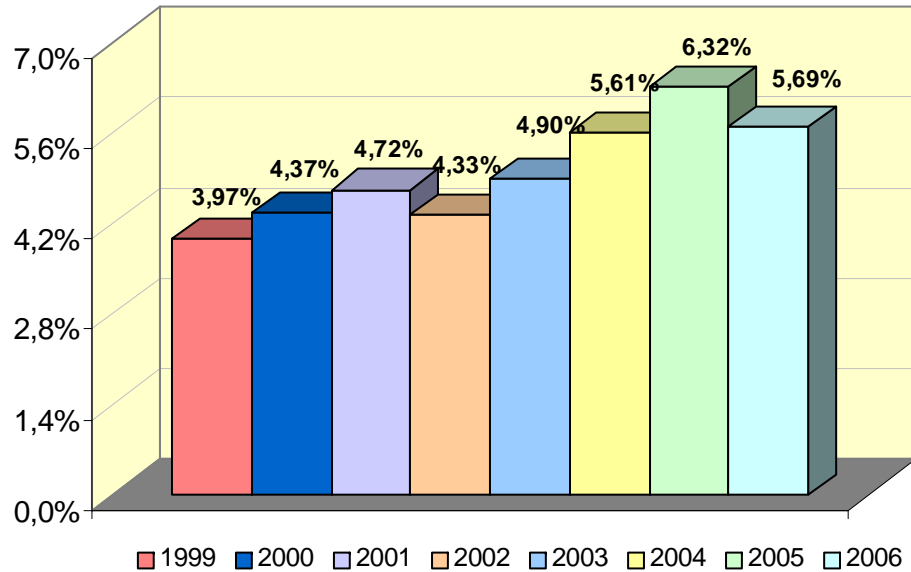
Meta Versus Realizado

	R\$ bilhões					
	Meta Jan-Ago (a)	Meta Jan-Dez* (b)	Realizado Jan-Ago (c)	(c) - (a)	% meta	
					Jan-Ago	Jan-Dez
Governo Federal	52,2	67,7	56,8	4,6	109%	84%
Governo Central	42,9	50,0	49,4	6,4	115%	99%
Estatais Federais	9,3	17,7	7,4	(1,9)	80%	42%

4ª reavaliação bimestral

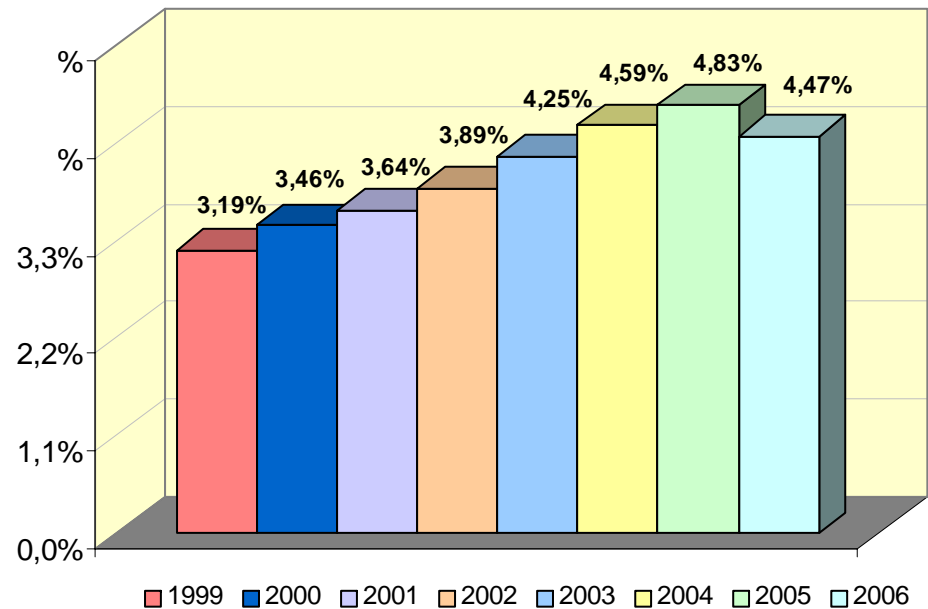
Resultados primários contrariam idéia de “crise fiscal”

Resultado Primário do Setor Público
(Acumulado até Ago em % PIB)



Fonte: MF/STN

Resultado Primário do Setor Público
(Anual em % PIB)



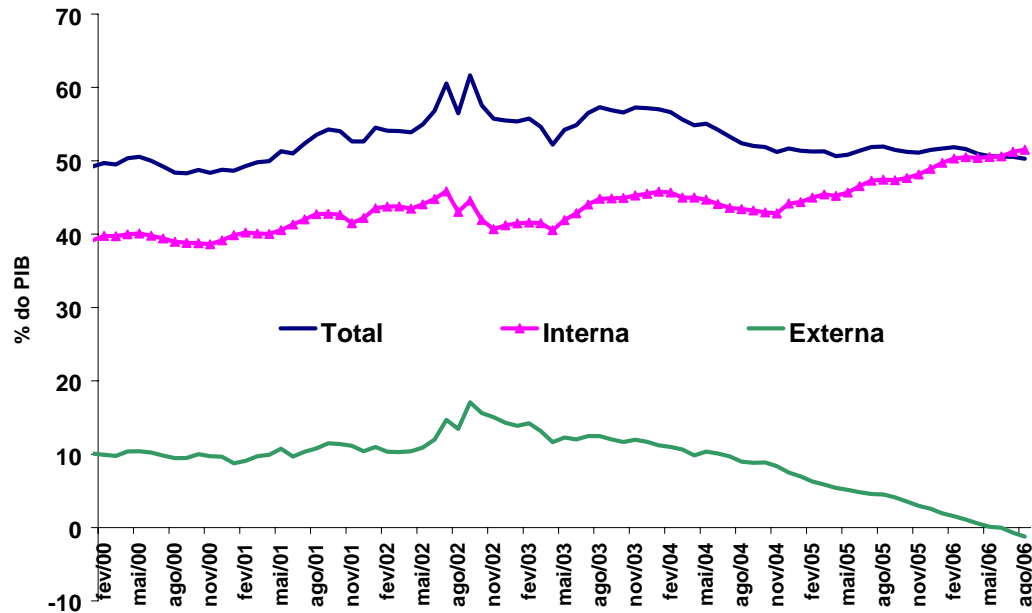
*2006: Acumulado 12 meses até agosto

Fonte: MF/STN



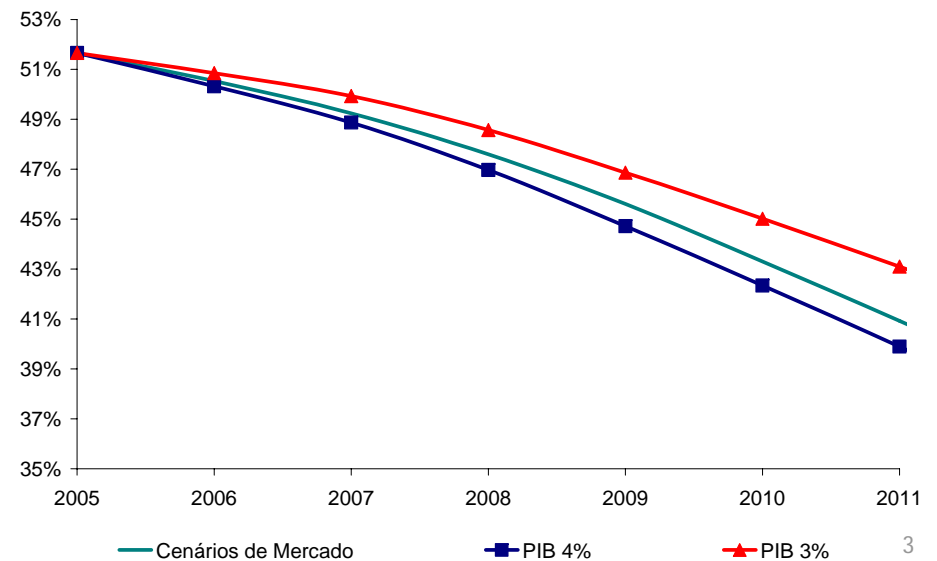
Superávit primário de 4,25% do PIB garante declínio da relação DLSP/PIB

Dívida Líquida do Setor Público / PIB



Fonte: Banco Central do Brasil e MF/STN

Dívida Líquida/PIB*

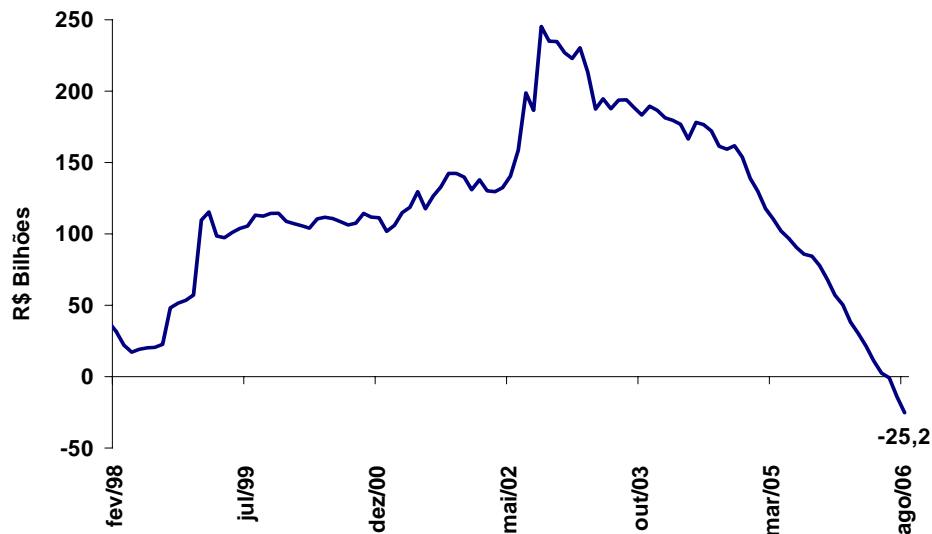


* cenário baseado no relatório FOCUS



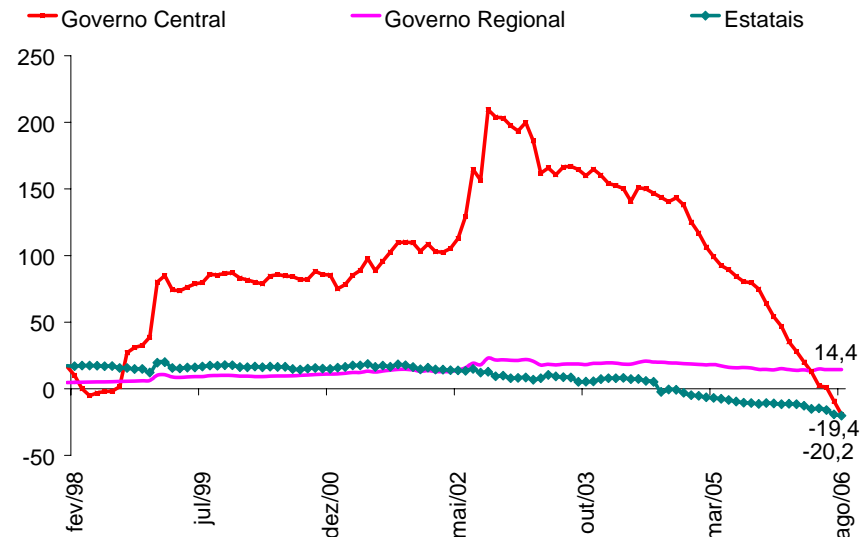
Brasil construiu seguro contra turbulências externas, favorecendo a queda de juros reais a médio e longo prazos

Dívida Externa Líquida Total - R\$ Bi



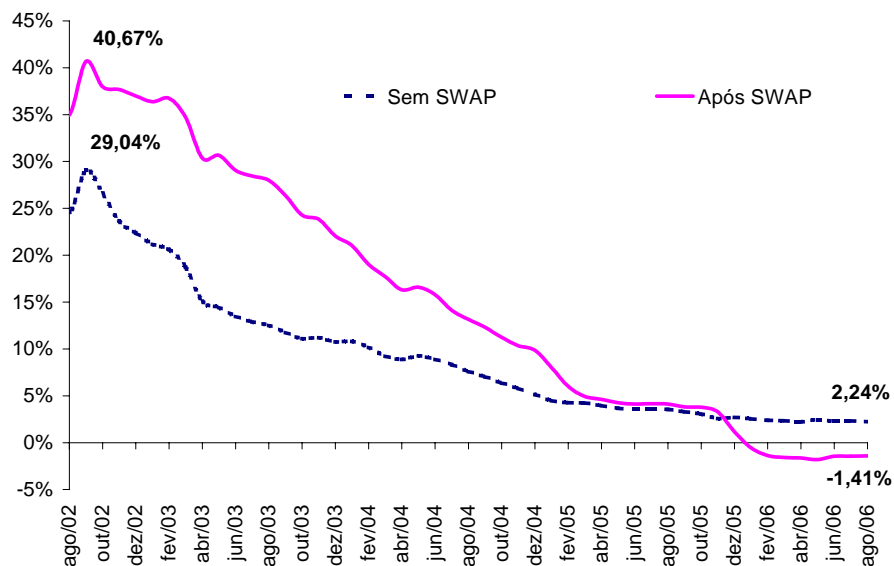
Fonte: Banco Central

Dívida Externa Líq. por ente do Governo - R\$ Bi



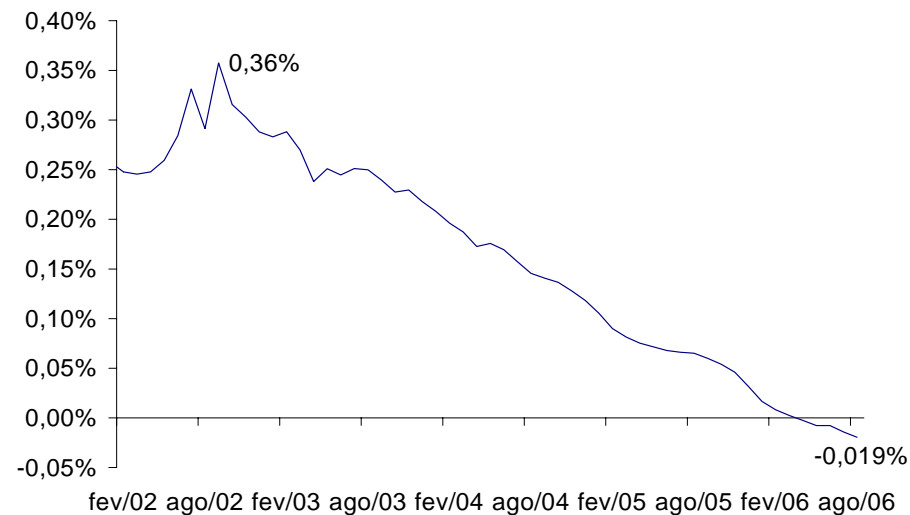
Fonte: Banco Central

Dívida Interna indexada ao Dólar - em % da DPMfi



Fonte: Tesouro Nacional e Banco Central

Impacto na DLSP/PIB de 1% de Desvalorização Cambial

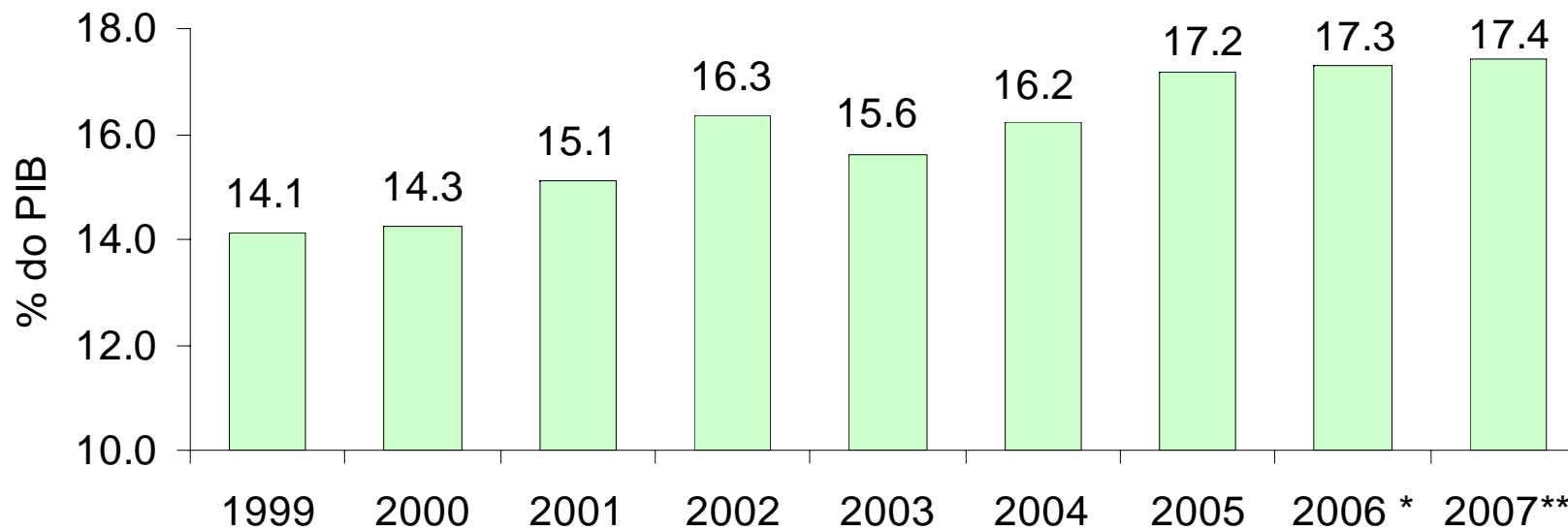


Fonte: Banco Central do Brasil



Mas o ajuste fiscal foi, em grande parte, baseado em aumento da carga tributária...

Receitas Administradas (% PIB)



*4ª avaliação bimestral

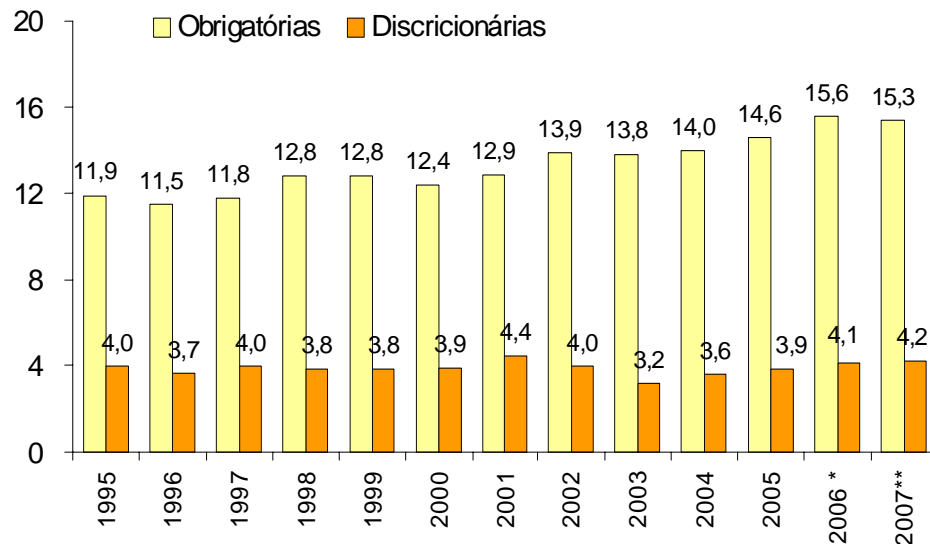
** PLOA 2007

Fonte: MF/STN



... com despesas correntes obrigatórias também crescentes

Despesas Obrigatórias e Discricionárias (% PIB)

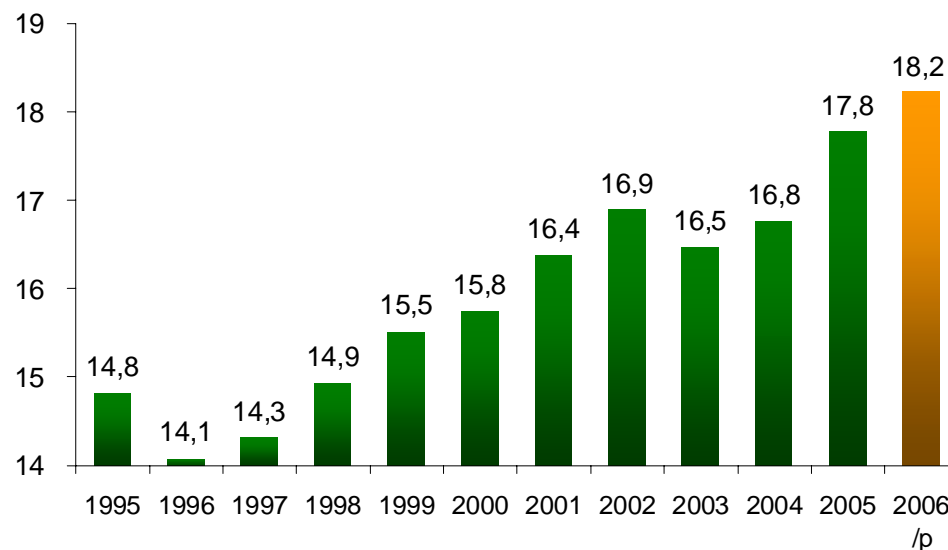


*4ª Avaliação Bimestral

** PLOA 2007

Fonte: MPOG/SOF

Despesas Correntes (% PIB)



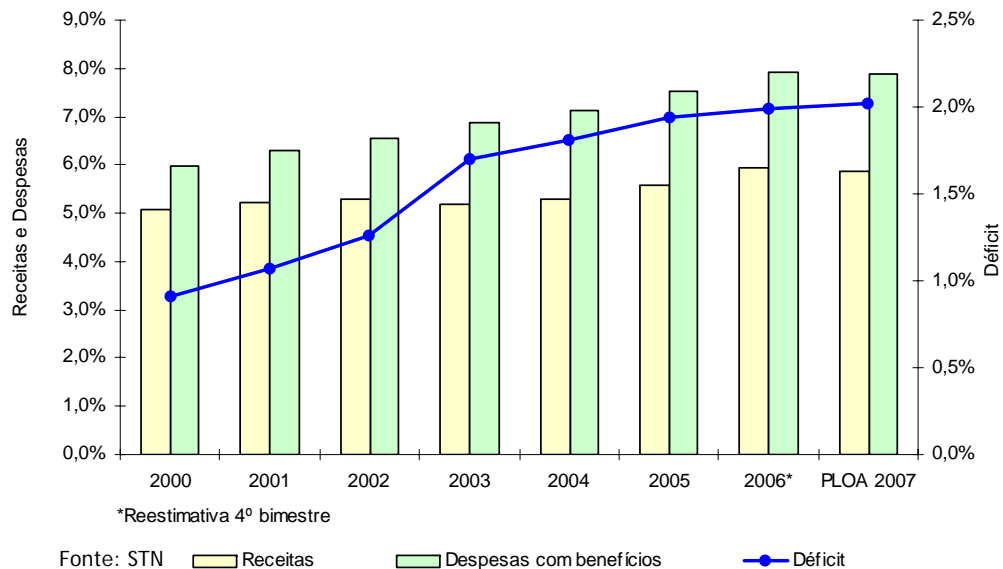
2006: Dotação Atual

Fonte: MPOG/SOF 2006/p: MF/STN



Previdência social e benefícios assistenciais foram crescentes em % do PIB

Receita, Despesa e Déficit do RGPS (% do PIB)

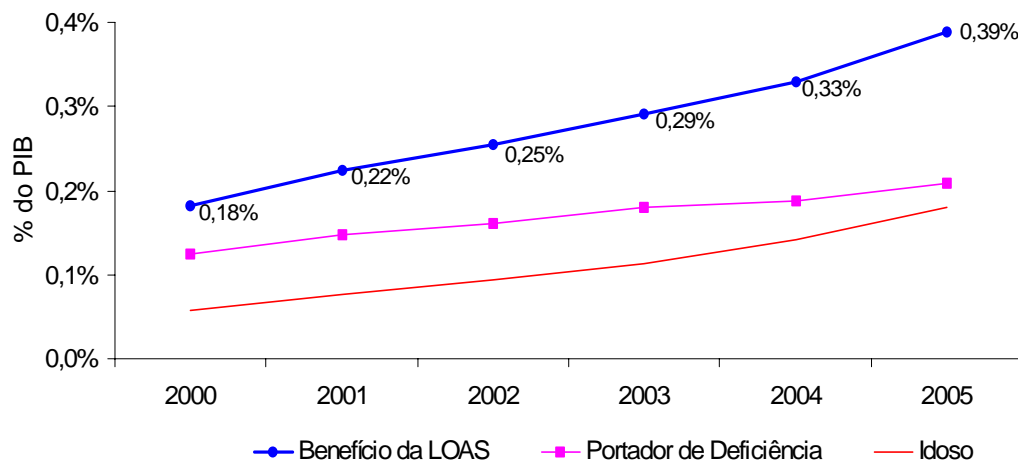


Receita Despesa e Resultado do RGPS por Clientela Rural e Urbana

Clientela	Arrecadação Líquida	Benefícios Previdenciários	Resultado Previdenciário
2000 Total	5,06	5,97	(0,91)
2000 Urbano	4,92	4,87	0,05
2000 Rural	0,14	1,11	(0,97)
2001 Total	5,21	6,28	(1,07)
2001 Urbano	5,06	5,06	(0,01)
2001 Rural	0,16	1,22	(1,06)
2002 Total	5,28	6,54	(1,26)
2002 Urbano	5,11	5,27	(0,17)
2002 Rural	0,17	1,27	(1,10)
2003 Total	5,19	6,88	(1,70)
2003 Urbano	5,00	5,56	(0,56)
2003 Rural	0,19	1,32	(1,14)
2004 Total	5,31	7,12	(1,81)
2004 Urbano	5,13	5,80	(0,67)
2004 Rural	0,18	1,32	(1,14)
2005 Total	5,60	7,54	(1,94)
2005 Urbano	5,42	6,12	(0,70)
2005 Rural	0,17	1,41	(1,24)

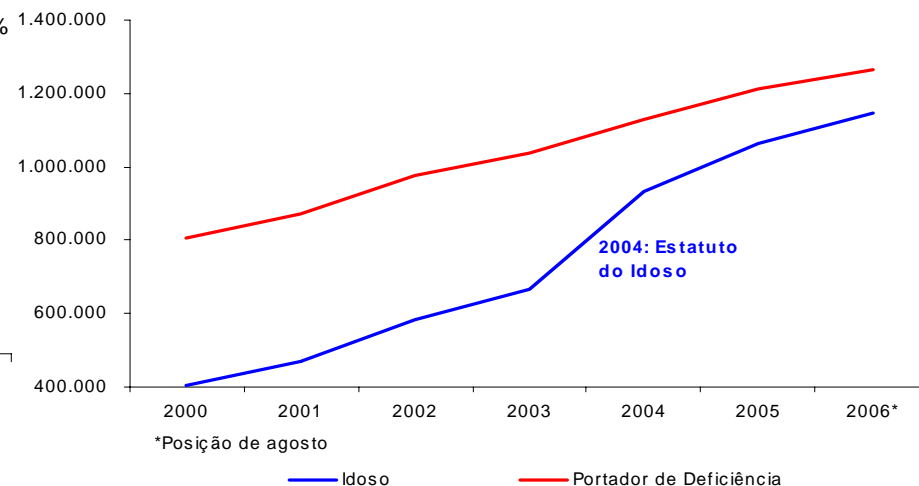
Fonte: MPS/SPS

Dispêndio com benefício da LOAS - apuração por COMPETÊNCIA



Quantitativo do benefício da LOAS - posição dezembro

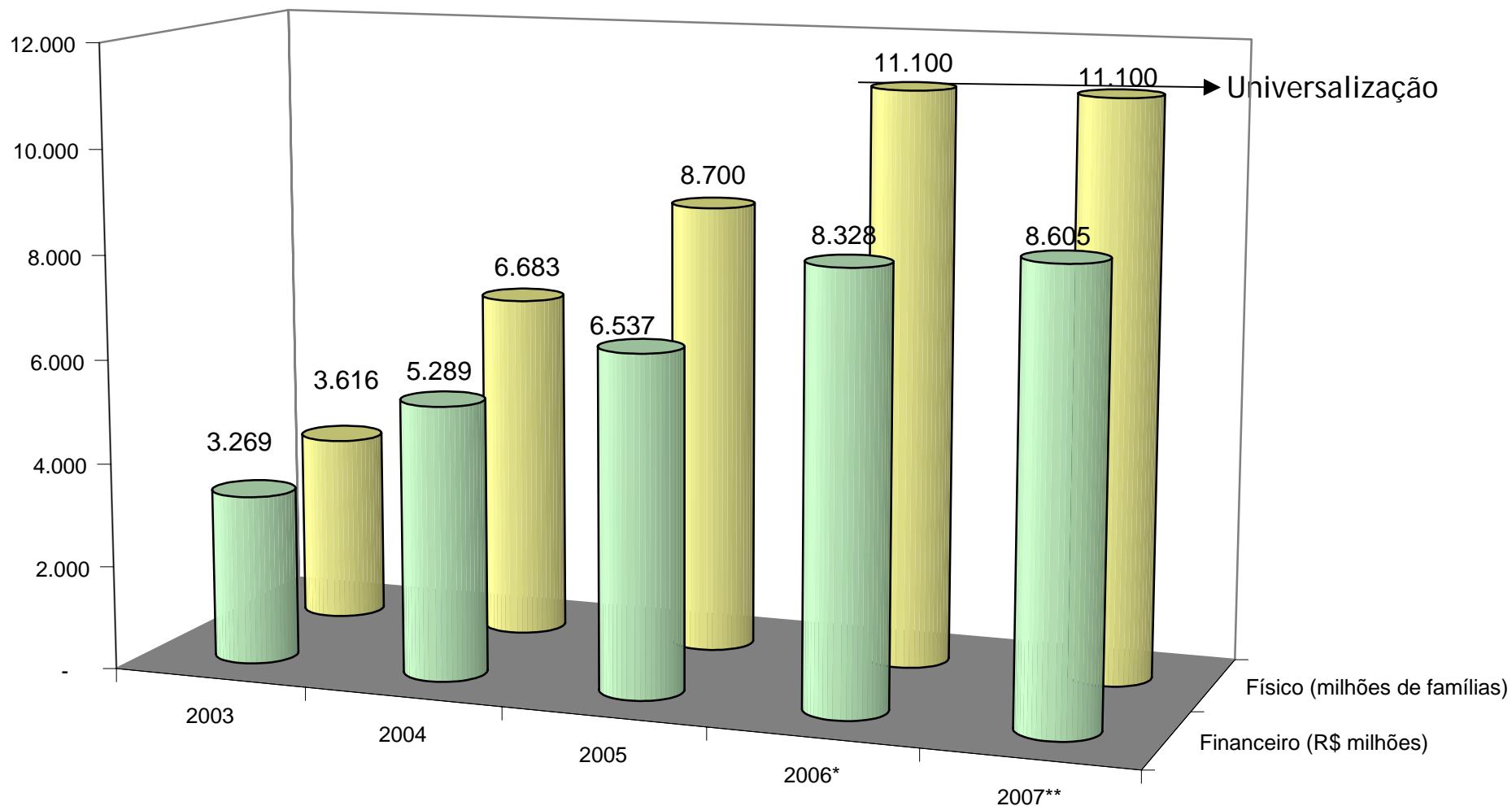
LOAS - separado em portador de deficiência e idoso (apuração por competência)





Bolsa família transformou-se em referência internacional...

Gastos com Bolsa Família



*Projeção

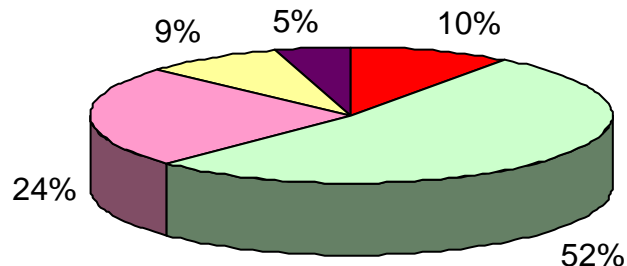
**PLOA 2006



... atingindo o universo estimado de famílias pobres

Gastos com Bolsa Família

Distribuição Regional dos Gastos com Bolsa Família



■ Norte ■ Nordeste ■ Sudeste ■ Sul ■ Centro-Oeste

Pagamento do Benefício do Programa Bolsa Família por Região Constante da PLOA 2007

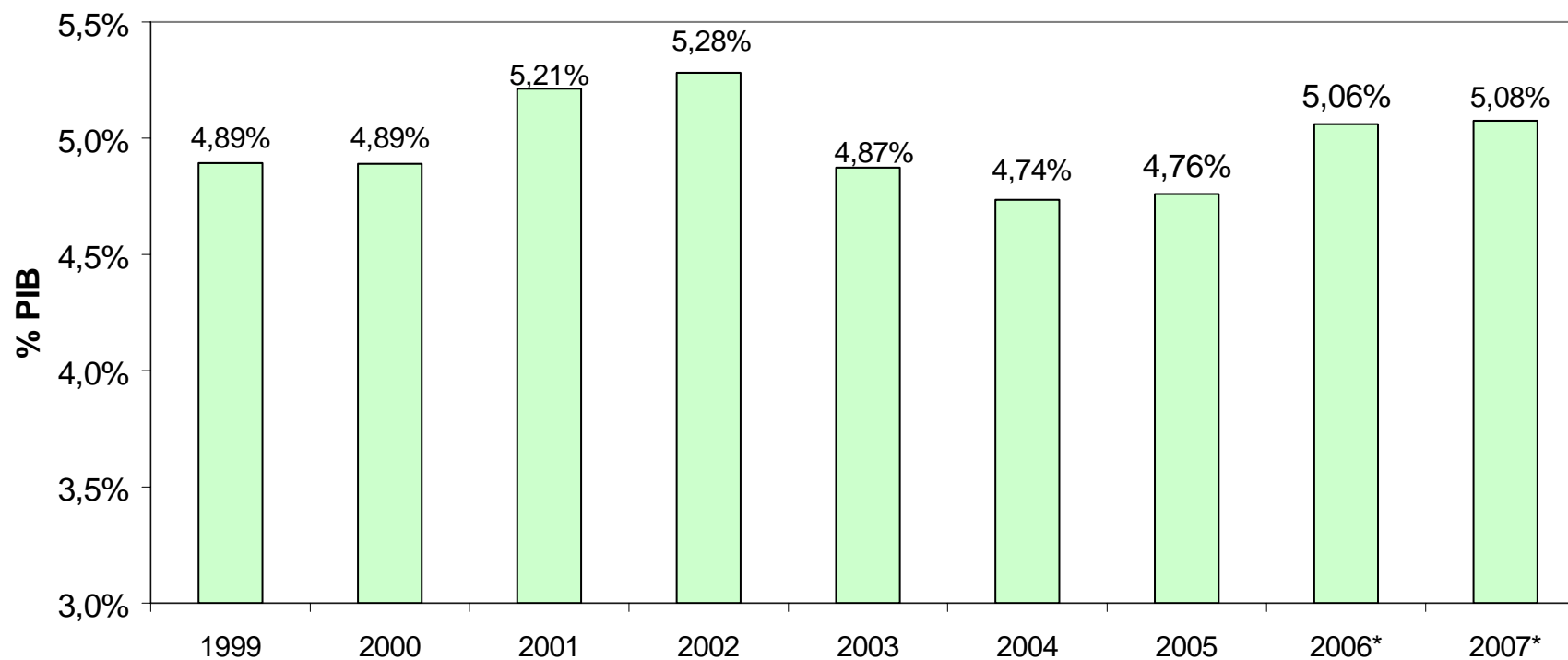
Região	Valor Anual R\$	Famílias Beneficiadas	Benefício Médio Mensal	Número Estimado de Famílias Pobres (Pnad 2001 IBGE)
Norte	857.640.000	1.011.968	70,62	1.134.476
Nordeste	4.526.180.000	5.534.610	68,15	5.259.839
Sudeste	2.068.350.000	2.907.135	59,29	3.045.159
Sul	737.050.000	1.057.613	58,07	1.096.279
Centro-Oeste	415.980.000	609.027	56,92	668.456
TOTAL	8.605.200.000	11.120.353	64,49	11.204.209

Fonte: MDS



Despesas de pessoal também são relevantes

Despesa de Pessoal e Encargos Sociais (% do PIB)



*Reavaliação 4º bimestre

** PLOA 2007

Fonte: MF/STN



A partir de 2004, desonerações tributárias passaram a ser relevantes

Efeito Acumulado das Medidas de Desonerações

Descrição da Medida (Lei 11.196/05)	2004		2005		2006	
	R\$ bilhões	% do PIB	R\$ bilhões	% do PIB	R\$ bilhões	% do PIB
Estímulo ao Investimento Produtivo	0,7	0,04%	3,4	0,18%	6,1	0,29%
Corte de Tributos para as Famílias	0,5	0,03%	2,3	0,12%	4,0	0,19%
Corte de Tributos para a Cesta Básica e Produção de Alimentos	3,3	0,19%	5	0,26%	5,0	0,24%
Estímulo à Poupança de Longo Prazo	0,8	0,04%	2	0,10%	2,2	0,10%
Estímulo à Micro e Pequena Empresa			0,3	0,02%	1,4	0,06%
Incentivo à Inovação			0,1	0,01%	0,6	0,03%
Total	5,3	0,30%	13,1	0,74%	19,2	1,09%

Fonte: MF/SPE



Concluindo o diagnóstico

- Não há crise fiscal, mas...
- Ajuste fiscal com base em elevação da arrecadação tributária esgotou-se
- Crescimento potencial e competitividade ameaçados por alta carga tributária
- Inflação baixa torna gasto público mais rígido
- Perfil da dívida pública melhorou, mas relação dívida/PIB deve cair mais
- Gasto público discricionário é pequeno, penalizando o investimento, mas...
- Brasil optou por criar base ampla de programas sociais, que tem reduzido a desigualdade e melhorado indicadores sociais
- Presidencialismo de coalizão pressupõe que medidas de ajuste fiscal passem por intensa negociação, diferentemente dos demais BRICs



Agenda fiscal para o próximo governo

- Manutenção do superávit primário do setor público consolidado em 4,25% do PIB até 2010/11, objetivando queda da dívida líquida/PIB para o patamar de 40%.
- Estratégia plurianual (cinco a dez anos) de queda da carga tributária, promovendo competitividade, aumento do investimento, compatível com o pacto federativo.
- Queda da carga tributária deve ser financiada por queda do gasto corrente relativamente ao PIB, preservando e racionalizando o gasto social (transferências, saúde e educação).
- Preservação/elevação do investimento público, com ênfase na qualidade (conforme Programa Piloto de Investimento).

Negociação e trâmite conjunto da redução da carga tributária e corte de despesas são fundamentais para viabilidade política da proposta, que não deve sacrificar programas sociais prioritários (p.ex. Bolsa Família) e investimentos prioritários.